



Boletim de Jurisprudência Processual, nº 8

Sessões de janeiro a dezembro de 2022.

O Boletim de Jurisprudência do TCDF é uma publicação periódica elaborada pela Supervisão de Sistemas de Informação, Legislação e Jurisprudência, da Coordenadoria de Biblioteca, Gestão da Informação e do Conhecimento, com a finalidade de apresentar resumos das teses constantes em decisões desta Corte que se enquadrem em critérios de relevância, reiteração, ineditismo ou controvérsia.

Ressalta-se, todavia, que as informações aqui apresentadas não constituem resumo oficial das decisões proferidas pelo Tribunal nem representam, necessariamente, o posicionamento prevalecente na Corte sobre a matéria.

Este boletim informativo não substitui a publicação oficial das decisões. Para um exame mais aprofundado da decisão, sugere-se o acesso aos documentos do processo por meio dos links presentes em cada decisão.

Deseja receber os Boletins de Jurisprudência do Tribunal? [Clique aqui.](#)

PESSOAL. ESTUDOS ESPECIAIS. SERVIÇO VOLUNTÁRIO. NATUREZA INDENIZATÓRIA. LEGALIDADE. PROCESSUAL. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA DO TCDF.

Estudos especiais realizados em atenção à Decisão nº 5.361/20, proferida no Processo nº 3688/2019-e, acerca dos questionamentos constantes da Representação nº 3/2019-G1P, do Ministério Público junto ao Tribunal - MPJTCDF, relativos à legalidade e constitucionalidade da natureza indenizatória da verba instituída pelas Leis distritais nºs 6.261/19, 6.333/19 e 6.374/19, relativas ao trabalho voluntário, bem como à competência do Distrito Federal para legislar sobre a matéria. O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, entendeu como regulares os pagamentos das verbas instituídas pelas Leis nºs 6.261/2019, 6.333/2019 e 6.374/2019, nas formas nelas estabelecidas, sem prejuízo de eventual controle de constitucionalidade e/ou análise de legalidade pelo Poder Judiciário.

Relator:

Inácio Magalhães Filho

Decisão por unanimidade

Precedentes externos:

Sessão:

ORDINÁRIA nº 5285, de 09/02/2022.

[Proc. nº 10038/2020 - Dec. nº 236/2022](#)

[Decisão TJDFT nº Acórdão n.º 1337629](#)

[Decisão STF nº Mandado de Segurança n.º 35.410/DF](#)

Legislação relacionada:

[Lei nº 6374/2019.](#)

[Lei nº 6261/2019](#)

[Lei nº 6333/2019](#)
